## CÂMARA DOS DEPUTADOS Gabinete do Deputado Federal **HUGO LEAL** –

### **EMENDA DE PLENÁRIO**

### Substitutivo ao Projeto de Lei nº 03, de 2024

Altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para aprimorar o instituto da falência do empresário e da sociedade empresária, e dá outras providências.

Autor: **PODER EXECUTIVO**Relatora: Deputada **DANI CUNHA** 

#### **EMENDA Nº**

Inclui artigo no Substitutivo ao Projeto de Lei nº 3, de 2024, para dispor sobre os processos ajuizados anteriormente ao início de sua vigência.

Inclua-se, onde couber, no Substitutivo (PRLP 1) ao Projeto de Lei nº 3, de 2024, o seguinte artigo:

"Art. XX. As disposições inseridas no art. 21 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, por esta Lei, não se aplicam aos processos de falência e recuperação judicial ajuizados anteriormente ao início de sua vigência."

#### **JUSTIFICAÇÃO**

Muito se discute no âmbito acadêmico sobre os efeitos da nova lei no tempo, os quais podem ser classificados como: retroativos, quando a nova lei se aplica a fatos passados - *facta praeterita*; imediatos, quando atingem os







## CÂMARA DOS DEPUTADOS Gabinete do Deputado Federal **HUGO LEAL** –

fatos presentes e pendentes - facta atual e pendentia; e diferidos, quando se aplicam apenas aos fatos futuros - facta futura. Esses últimos estão de acordo com a nova legislação, enquanto os primeiros estão dentro dos parâmetros da antiga lei, de modo que a nova legislação pode ou não afetá-los retroativamente.

No contexto do Direito Intertemporal, a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - LINDB (Lei nº 12.376, de 30 de dezembro de 2010) preservou a redação do art. 6º da anterior Lei de Introdução ao Código Civil (Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942), estabelecendo que o efeito da lei será imediato. Contudo, esta disposição foi estabelecida por meio de lei ordinária, o que significa que uma lei de igual ou superior hierarquia pode determinar efeitos diferentes (retroativos ou diferidos), desde que não viole o artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal. Portanto, a norma que estipula o efeito imediato não obriga o Legislador, que está vinculado apenas quanto à proteção ao direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

As propostas do Substitutivo ao PL nº 3/2024, englobam alterações de ordem processual-procedimental e material, cuja aplicação aos processos de falência e recuperação judicial em curso implicará em profunda alteração na dinâmica dos atos processuais, na posição processual de todos os seus operadores e no direito ao crédito, o que certamente afetará o direito adquirido dos credores e devedores, impactará negativamente à proposta de tornar o processo de falência mais célere e efetivo, não alcançando a sonhada amplicação da taxa de recuperação de créditos e redução dos riscos de perdas.

O Legislador de 2005, no Projeto de Lei nº 4376/1993 que deu origem à atual Lei nº 11.101/05, teve a cautela de destacar em seu artigo 192 que a nova lei não se aplicava aos processos de falência ou de concordata ajuizados anteriormente ao início de sua vigência, os quais seriam concluídos,





## CÂMARA DOS DEPUTADOS Gabinete do Deputado Federal **HUGO LEAL** –

necessariamente, pelas regras do Decreto-Lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945.

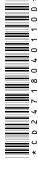
Diante do exposto, é evidente que a discussão sobre os efeitos temporais das leis, especialmente no contexto do Direito Intertemporal, é de suma importância para garantir a segurança jurídica e a proteção dos direitos adquiridos. No caso específico das alterações propostas pelo Substitutivo ao PL nº 3/2024, fica claro que essas mudanças podem comprometer a eficácia dos processos de falência e recuperação judicial em curso, afetando os direitos dos credores e devedores e minando os objetivos de celeridade e efetividade pretendidos.

Portanto, é crucial que se atente para a necessidade de resguardar os direitos adquiridos dos envolvidos, como consta no artigo 192 da Lei nº 11.101/05.

Assim, dada a relevância da presente proposta no que tange a segurança jurídica e respeito ao direito adquirido, a estabilidade e a confiabilidade do ordenamento jurídico, conto com o apoio dos meus pares para que seja incorporada a presente proposta.

Sala das Sessões, 18 de março de 2024.

Dep. **HUGO LEAL** PSD-RJ





# Emenda de Plenário a Projeto com Urgência (Do Sr. Hugo Leal)

Inclui artigo no Substitutivo ao Projeto de Lei nº 3, de 2024, para dispor sobre os processos ajuizados anteriormente ao início de sua vigência.

Assinaram eletronicamente o documento CD247180401100, nesta ordem:

- 1 Dep. Hugo Leal (PSD/RJ)
- 2 Dep. Antonio Brito (PSD/BA) LÍDER do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE

